



Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Secretaria Nacional de Portos

Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

RELATÓRIO ANUAL DE INTEGRIDADE E
SUSTENTABILIDADE

Exercício de 2017

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2018.

Secretaria Nacional de Portos
Companhia Docas do Rio de Janeiro

Relatório Anual de Integridade e Sustentabilidade - Exercício de 2017

Em conformidade com a Lei 13.303/16, observando as regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, especificamente, nos termos do art. 8º, inciso IX, a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ apresenta o presente Relatório Anual de Integridade e de Sustentabilidade com a finalidade de atender aos requisitos de transparência.

Superintendência de Gestão Estratégica
Gerência de Controles Internos

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2018.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	4
2 MEIO AMBIENTE	5
3 SEGURANÇA PORTUÁRIA	13
4 DESENVOLVIMENTO HUMANO	16
5 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	18
6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	18

1. APRESENTAÇÃO

A Companhia Docas do Rio de Janeiro tem por objeto social exercer a função de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Com o viés de monitoramento contínuo a CDRJ encontra-se realizando ações estruturantes de gestão da mudança, atualizando os planos de comunicação e treinamento além da implantação e medição dos indicadores de desempenho (KPIs). Busca, assim, alcançar um monitoramento adequado dos processos, maior eficiência e ganho de produtividade, considerando os indicadores relevantes para a política setorial e a gestão estratégica.

Tem como principal objetivo o desenvolvimento dos portos sob sua responsabilidade, mediante a execução de programas e projetos orientados ao constante aprimoramento da gestão e das infraestruturas portuárias, promovendo, por conseguinte, a competitividade das operações e dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por seu intermédio.

Satisfação do cliente, envolvimento dos colaboradores, gestão participativa e valorização dos empregados são alguns dos princípios adotados pela CDRJ no desempenho de suas atividades e no seu relacionamento com a sociedade, a fim de tornar-se referência no setor portuário.

No cumprimento de suas atribuições e obrigações estatutárias, a CDRJ planeja e executa suas ações pautada na Lei n. ° 12.815/2013, no Decreto n. ° 8.033/2013, Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, no Plano Geral de Outorgas – PGO, no Plano Mestre dos Portos, nos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ, no Programa de Dispêndios Globais – PDG, no Regulamento de Exploração dos Portos – REP e nas Tarifas Portuárias aprovadas.



2. MEIO AMBIENTE

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Superintendência de Relação Porto Cidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho - SUPMAM coordena as atividades inerentes às seguintes Gerências:

Gerência de Meio Ambiente (GERMAM): Responsável por gerir as questões relacionadas ao ambiente; elaborar e conduzir a implantação de programas, planos e projetos relacionados a área ambiental, priorizados pela Companhia, dando sugestões para sua melhoria contínua; conduzir a interlocução com autoridades relacionadas à sua área de atuação, no âmbito governamental, nas questões ambientais referentes ao sistema portuário da CDRJ; e promover o senso de responsabilidade individual em relação ao ambiente.

Gerência de Saúde e Segurança no Trabalho (GERSET): Responsável por fiscalizar a execução de medidas de prevenção ocasionadas pelas operações portuárias; por conduzir as questões relativas à Saúde e Segurança do Trabalho; elaborar e conduzir a implantação de programas, planos e projetos relacionados à Saúde e Segurança no Trabalho; prover a manutenção da Saúde Ocupacional; e liderar grupos de trabalho para assuntos relativos à sua competência.

Gerência de Relação Porto-Cidade (GERPOC): Responsável em promover a relação harmônica com a sociedade e outros públicos de interesse, pelo acompanhamento dos projetos de revitalização urbana das regiões portuárias, ajudando na integração porto-cidade; desenvolver projetos que envolvam a sociedade do entorno e programas de urbanização.

A SUPMAM conta com a Superintendente especialista em Gestão Ambiental, 2 (dois) Especialistas Portuários atuando nas atividades de apoio, 2 (dois) Técnicos de Serviços Portuários.

A Gerência de Meio Ambiente conta com 3 (três) Especialistas Portuários, sendo dois Engenheiros (um Engenheiro Ambiental e um Engenheiro Civil) com especialização em Meio Ambiente, e 1 (um) Administrador, além de 1 (um) Técnico de Serviços Portuários, atuando na fiscalização e no controle ambiental. A Gerência atua em todos os portos administrados pela CDRJ.

A Gerência da Relação Porto-Cidade conta, atualmente, com 3 (três) Especialistas Portuários, sendo um, Advogado Engenheiro Civil e um Administrador.

A GERSET tem um posto de trabalho, em regime de plantão 24 h e 7 dias por semana ocupado por 5 (cinco) Técnicos de Segurança do Trabalho tendo como a atividade principal o Porto Sem Papel (PSP) e fora do horário ordinário também atua na ronda no porto como também atua no caso de ser chamado, bem como preparo de relatórios de vistorias em todas as instalações da CDRJ no Município do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra do Reis.

No Porto de Angra dos Reis a equipe é composta de um Técnico de Segurança do Trabalho no horário ordinário atuando na fiscalização das operações do porto, bem como preparo de relatórios de vistorias em todas as instalações da CDRJ no Município de Angra dos Reis;

Segurança do Trabalho: 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho dando apoio a CIPA, e aos técnicos de Segurança do Trabalho, atua como preposto da CDRJ em ações trabalhistas e todas as atividades necessárias na área de Segurança do Trabalho; **Saúde do Trabalho:**

- a) Medicina do Trabalho: 2 (dois) médicos do trabalho, atuando na homologação de licenças, perícias médicas e análise de todas as solicitações referente a medicina do trabalho, em regime de horário de 4 (quatro) horas;
- b) Clínica Médica: 1 (um) médico clínico atuando em conjunto com os médicos do trabalho nas perícias médicas e atendimento clínico dos empregados em regime de 4 (quatro) horas;
- c) Administrativo: 2 (dois) Técnicos administrativos atuando exclusivamente no núcleo médico em horário ordinário no controle os prontuários médicos, atendimento a todos que se dirigem ao núcleo médico para exames, perícias e recebimento de documentos e demais atividades inerentes ao núcleo médico.

IDENTIFICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

A Gerência de Meio Ambiente (GERMAM) é responsável pela fiscalização das atividades exercidas, tanto nos terminais arrendados, quanto nas áreas públicas, buscando apontar e solucionar as não conformidades ambientais que por ventura existam. A GERMAM está mobilizada no desenvolvimento de projetos voltados à sustentabilidade como a implantação de Programa de Coleta Seletiva de Resíduos. Ainda cabe à GERMAM a elaboração e atualização dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e de Emergência Individual (PEI), sendo que este último constitui um elemento indispensável para a estrutura de contingência dos portos. No que concerne aos Planos de Área a CDRJ, no papel de Autoridade Portuária, participa como membro integrante dos comitês do Plano de Área da Baía de Guanabara (PABG) e do Plano de Área da Baía de Sepetiba (PABS).

Existem outras atividades previstas na legislação e que são fundamentais para o funcionamento dos portos, tais como a contratação de Auditorias Ambientais independentes e o monitoramento das condicionantes previstas nas Licenças de Operação (LO). Em relação às Auditorias Ambientais a GERMAM busca a solução das não conformidades apontadas nos relatórios.

A GERSET mantém um controle físico (em papel) das cargas perigosas. Os procedimentos para que tal controle migre para o Porto Sem Papel (PSP) estão sendo analisados, visto que os referidos impactam diretamente no trabalho executado no PSP. Além disso, os portões de acesso ao porto não possuem sistema integrado, sendo necessária a classificação das cargas perigosas de forma presencial, pelos Agentes Marítimos.

Licenciamento Ambiental

A CDRJ está em processo de renovação das Licenças de Operação de 3 (três) áreas públicas dos quatro portos e aguarda pronunciamento do Órgão Ambiental (INEA). A Licença de Operação do Porto do Rio de Janeiro está em fase de análise pelo Órgão Ambiental (INEA).

Planos e Programas de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança

Atualmente, a CDRJ está promovendo a reestruturação das áreas de meio ambiente e segurança do trabalho, no entanto a implementação dos planos e programas obrigatórios se dará em 2018 e 2019, dependendo de dotação orçamentária para contratação e/ou atualização. Abaixo estão descritas as providências e o planejamento para corrigir tais distorções:

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais:

Programa obrigatório pelas normas do Ministério do Trabalho. Atualmente foi contratada uma empresa por licitação objetivando a implementação do programa em todas as instalações da CDRJ, a qual entregou em março de 2018 e hoje a CDRJ está em fase de análise para implementação do PPRA.

Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO:

O programa foi concluído, estando na fase de licitação para posterior implementação, dependendo ainda da contratação de laboratório de análises clínicas. O PCMSO deverá sofrer uma revisão após a conclusão do PPRA.

Plano de Gerenciamento de Riscos – PGR

O PGR de acordo com a Resolução ANTAQ refere-se a carga perigosa. A CDRJ mantém um controle sobre as cargas perigosas que transitam pelos portos, no entanto, não temos um plano formal. A CDRJ atua na classificação de toda a carga perigosa, inclusive no Porto Sem Papel. O PGR será elaborado após análise dos arrendatários de forma não haver divergências nos procedimentos.

Plano de Emergência Individual – PEI

Tendo em vista que a CDRJ não atua na operação dos terminais portuários o seu PEI consiste na consolidação do PEIs das arrendatárias tanto no Rio de Janeiro quanto em Itaguaí. Nos portos de Angra dos Reis e Niterói são levados em conta os PEIs dos próprios arrendatários visto que esses portos possuem um único arrendatário. O PEI foi entregue ao Órgão Ambiental (INEA) e está em fase de análise.

Plano de Área – PA

Plano de Área da Baía de Guanabara – Esse plano tem por finalidade atender situações de poluição ambiental por derramamentos de petróleo e/ou seus derivados na área da Baía de Guanabara. A CDRJ faz parte do Plano de Área. Plano de Área da Baía de Sepetiba tem por finalidade atender situações de poluição ambiental por derramamentos de petróleo e/ou seus derivados na área da Baía de Sepetiba.

Plano de Controle de Emergência – PCE

Documento exigido pela Norma Regulamentadora 29 do MTE, que estabelece procedimentos para a proteção obrigatória contra acidentes e doenças profissionais, visando facilitar os primeiros socorros a acidentados e alcançar as melhores condições possíveis de segurança e saúde aos trabalhadores portuários.

Plano de Ajuda Mútua – PAM

Documento exigido pela Norma Regulamentadora 29 que estabelece procedimentos para atendimento a situações de emergência, sob o ponto de vista ambiental, de acidentes, incêndios e/ou explosões (sinistros). O Plano de Ajuda Mútua está previsto na NR 29 que estabelece as diretrizes de atendimento em situações tidas como emergência e de mitigação de impactos que possam estar associados. Devem fazer parte deste plano as empresas localizadas na área do Porto e/ou adjacentes, empresas especializadas e/ou contratadas e órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Plano de Gerenciamento de Riscos - PGR:

Sob o ponto de vista Ministério do Trabalho, é exigido apenas na atividade de mineração conforme a NR 22. Sob o ponto de vista da ANTAQ – Resolução 2230/2011, a Autoridade Portuária e os responsáveis por instalações portuárias devem, individualmente, ou em conjunto, sempre que couber, efetuar análises de risco acerca do trânsito de produtos perigosos em suas respectivas instalações.

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS

O PGRS do porto do Rio de Janeiro data de 2012, está em fase de revisão e planeja-se iniciar a sua implantação ainda em 2018 e concluindo-a em 2019.

Ocorre que há necessidade de construção de uma Área de Transbordo Temporário (ATT). Este empreendimento está em fase de licitação e provavelmente as obras de construção se iniciarão ainda em 2018. O PGRS do porto de Itaguaí foi elaborado em 2001, e, assim como no porto do Rio de Janeiro, carece de uma central de resíduos dentro do porto. Este PGRS também está em fase de revisão com implantação prevista para 2019. Nos portos de Niterói e de Angra dos Reis, existem os PGRS's elaborados e implementados pelos respectivos arrendatários. A CDRJ não possui o referido plano visto que estes portos são totalmente arrendados.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO NACIONAL

Plano Mestre Apresentar as atividades desenvolvidas

Está voltado à unidade portuária, considerando as perspectivas do planejamento estratégico do setor portuário nacional constante do PNLN, que visa direcionar as ações, melhorias e investimentos de curto, médio e longo prazo no porto e em seus acessos. As atividades desenvolvidas pela CDRJ no que diz respeito aos aspectos ambientais estão descritas no item 4 do presente relatório

Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ

Compatibiliza as políticas de desenvolvimento urbano dos municípios, do estado e da região onde se localiza o porto, visando o estabelecimento de ações e de metas para a expansão racional e a otimização do uso de áreas e instalações do porto, com aderência ao PNLN e respectivo Plano Mestre

ACÇÕES DE GESTÃO AMBIENTAL, SAÚDE E SEGURANÇA

A CDRJ faz anualmente Auditorias Ambientais nos 4 (quatro) portos, estando anexados os do último ano. A auditoria tem por objetivo fornecer um diagnóstico técnico da conformidade legal e do desempenho ambiental. A Segurança do Trabalho mantém um controle em papel das cargas perigosas, mas os procedimentos para o controle passar diretamente para o PSP estão em fase de análise, visto que impacta diretamente no trabalho executado no PSP, uma vez que os portões do porto não foram informatizados e, ainda é necessária a classificação das cargas perigosas de forma presencial, pelos Agentes Marítimos. A Segurança Pública Portuária é atribuição da Superintendência da Guarda Portuária (SUPGUA).

Saúde nos Portos

As ações de saúde nos portos administrados pela CDRJ ocorrem periodicamente por iniciativa dos terminais arrendados. Como exemplo de alguns eventos podemos citar a caminhada de conscientização em relação ao câncer de mama e de próstata. Bem como ações de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis (DST).

Saúde e Capacitação do Trabalhador Portuário

A capacitação do trabalhador portuário é atribuição dos arrendatários e do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO), sendo este último responsável por ações junto aos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPA).

Emergência e Contingência

Em cada porto da CDRJ existe um Centro de Atendimento a Emergências – CAE, preparado para atuar nas emergências, principalmente quanto vazamento de óleo. O CAE é dotado de equipamentos, embarcações barreiras de contenção com o pessoal treinado e pronto para atuar. Em conjunto com o CAE, os portos têm ambulâncias de prontidão. O Corpo de Bombeiros Militar também sempre atuou na área de porto com presteza.

Controle Integrado de Vetores

A CDRJ realiza sistematicamente uma fiscalização na área portuária ao sinal de presença de vetores, posteriormente é realizada uma inspeção para detectar possíveis infestações bem como a fonte de atração dos mesmos. Esta em fase de elaboração o Plano de Controle Integrado de

Vetores e a sua implantação está prevista para o primeiro semestre de 2019. A CDRJ mantém uma integração com todos os arrendatários no sentido de manter os terminais livres da fauna sinantrópica nociva.

Qualidade do Ar e da Água

A CDRJ não monitora a qualidade do ar, no entanto, os arrendatários realizam o monitoramento do ar, independente de realizar ou não movimentação de cargas a granel. Quanto a qualidade da água, a Companhia realiza mensalmente análise de potabilidade da água disponibilizada para consumo nas dependências que estão sob sua administração. Foi elaborado o Plano de Amostragem e o Plano de Gestão de água potável para adequação deste serviço aos ditames da RDC-ANVISA 91/2016. Os referidos planos estão em análise pela ANVISA.

Resíduos Sólidos

Atualmente, está em fase de conclusão o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) do Porto do Rio de Janeiro e está sendo revisado o PGRS do Porto de Itaguaí.

Efluentes Líquidos

Está em fase de conclusão um levantamento das condições da rede coletora de esgoto no Porto do Rio de Janeiro para posteriormente interligar na rede coletora da CEDAE. Com isso, todo o esgoto proveniente das dependências do Porto do Rio de Janeiro será destinado à rede coletora da CEDAE com destino à ETE-Alegria. A CDRJ monitora a análise dos parâmetros dos efluentes líquidos das arrendatárias.

Monitoramento de Biota, Bioindicadores e Biomonitorios

O monitoramento da biota foi realizado no Porto do Rio de Janeiro ao decorrer da dragagem realizada pela SNP. Este monitoramento é importante devido ao aumento na turbidez da água que, por sua vez, pode interferir nas comunidades fitoplanctônicas.

Educação Ambiental

A CDRJ promove, periodicamente, através de publicação na homepage e na Intranet, que atinge além do universo de empregados da empresa, toda a comunidade portuária, avisos e chamadas educativas sobre as medidas recomendadas para a não proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e os cuidados a serem tomados para eliminação de futuros focos, além de promover campanhas de

prevenção do câncer de mama e de próstata, bem como de combate ao tabagismo, dentre outros assuntos relacionados à saúde dos trabalhadores e da comunidade do entorno.

Certificações

As certificações dependem da implantação dos planos e programas ambientais. Hoje a CDRJ não possui nenhuma Certificação Voluntária.

Comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, indígenas e etc.)

A CDRJ realizou um trabalho junto à comunidade quilombola da Restinga da Marambaia como contrapartida das obras de dragagem realizadas para a implantação do Canal Derivativo para facilitar o acesso a este Porto. Os portos da CDRJ estão em áreas urbanas a longo tempo e não temos no entorno comunidades tradicionais ou sensíveis que os portos possam interferir ou influenciar.

Igualdade de Gênero e Direitos das Mulheres

A atividade portuária vem ao longo do tempo mudando o perfil dos trabalhadores, que vem crescendo o número de mulheres na atividade portuária. A portaria 092/2016 institui o comitê de Igualdade de Gênero na CDRJ com a finalidade de prover ações a atividades relativas ao tema.

Acessibilidade nos portos

Os portos administrados pela CDRJ bem como suas unidades administrativas dispõem de equipamentos que promovem a acessibilidade, tais como elevadores de acesso, banheiros adaptados, dentre outros. No entanto para plena adequação são necessárias mais intervenções e obras, que dependem de orçamento e projetos.

Relação Porto-Cidade

Dentro da Relação Porto Cidade, inclui-se a parte educativa dos trabalhadores portuários e comunidade circunvizinha. No Porto do Rio de Janeiro, contamos com a Participação da Secretária Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, que se comprometeu a ministrar palestras sobre zoonoses no Auditório do Porto do Rio de Janeiro, e ainda apresentar um trabalho mais didático em escolas municipais no entorno do Porto com datas a serem combinadas. No Porto de Niterói, a CDRJ fez contato com a Secretaria Municipal de Saúde de Niterói, que também se comprometeu a ministrar palestras sobre zoonoses para os empregados do Porto, dividido em dois dias, para tanto será utilizado o auditório das arrendatárias NITSHORE e NITPORT; ressalta-se que tal palestra terá um enfoque

mais elaborado, com intuito de formar multiplicadores dentro do Porto. No Porto de Itaguaí foi feito contato por telefone com o responsável pelo Controle de Vetores da Secretaria Municipal de Saúde de Itaguaí, que se colocou à disposição da CDRJ para colaborar com quaisquer demandas desta Companhia, no que tange à educação, combate e prevenção do mosquito *Aedes aegypti*. Já no Porto de Angra, ainda não obteve êxito junto à Secretaria Municipal de Saúde de Angra dos Reis, no sentido de promover a integração já em andamento nos outros portos.

Campanhas e eventos realizados

A CDRJ realiza periodicamente campanhas de vacinação, palestras de inteligência emocional, tabagismo, câncer de mama, próstata, dentre outras.

3. SEGURANÇA PORTUÁRIA

Porto do Rio de Janeiro

UNIDADE DE SEGURANÇA

O Porto dispõe 24 horas de Circuito Fechado de Televisão e conta com seu centro de operação e controle na sede da Guarda Portuária. A Segurança é da responsabilidade da Superintendência da Guarda Portuária, auxiliada pelo supervisor de Segurança Portuária (SSP), pelo Encarregado do Posto de Segurança (EPS), Unidade de Investigação (UNINV). Conta ainda com Inspetores (IG), Agentes (Ag), Rodantes (Rd) e Guardas Portuários.

Os componentes da Guarda Portuária possuem a sua disposição os seguintes equipamentos: colete balístico, tonfa, spray de pimenta, algemas, lanterna, pistola pt 380 Tauros que é paga no plantão com dois carregadores contendo 15 munições cada. Os integrantes dessa corporação estão divididos em cinco turmas e executam suas funções 24 horas por dia sob escala de revezamento, conforme normas de segurança e em alinhamento aos demais órgãos e setores que trabalham nas atividades portuárias.

Além dos agentes de segurança presente nos portões, existem duas unidades móveis de patrulhamento com motocicletas, e equipes de ronda com pick up, que estão em constante movimentação, verificando o interior do Porto Público e até mesmo dentro das operadoras, rotineiramente ou quando solicitado.

CONTROLE NA ENTRADA E NA SAÍDA DE PESSOAS E VEÍCULOS

No Porto do Rio de Janeiro só existem áreas classificadas como de acesso controlado (apenas para os profissionais previamente autorizados e que realizem atividades nessas áreas) e restrito, sinalizadas com placas de ACESSO RESTRITO, não havendo áreas de acesso público. Para ingressar nesses recintos qualquer pessoa deverá ser devidamente identificada. Para isso deverá ser apresentada a “permissão”, credenciada e confeccionada na UNINVE. Esta poderá ser solicitada também a qualquer momento, pelo agente da US em qualquer dependência portuária, que por fundamentada suspeita, em uso de suas atribuições, perceba ou desconfie do indivíduo e/ou o veículo, com atitude estranha ou duvidosa, agindo em desconformidade com o que foi informado no momento de sua solicitação.

A entrada de veículos cadastrados é efetuada checando se o documento que habilita o ingresso está na validade, uma prévia análise do estado geral do veículo e caso possua carga, verificação do acondicionamento adequado desta, sendo inspecionados de forma sistemática ou aleatória com registro em relação específica a ser entregue no final do dia ao plantão.

NÚMERO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA SEGURANÇA DO COMPLEXO PORTUÁRIO

Atualmente o porto do Rio de Janeiro conta com 174 guardas portuários distribuídos em seus postos nas cinco turmas da escala de serviço, dando uma média de 34,8 guardas por dias distribuídos em todos os setores do Porto. Desse total, 38 tem curso de Supervisor de Segurança portuário dado pela CONPORTOS/CESPORTOS.

Porto de Itaguaí

UNIDADE DE SEGURANÇA

Chefiada pelo SUPGUA e auxiliado pelo Supervisor de Segurança Portuária (SSP), pelo Encarregado do Posto de Segurança (EPS) e Unidade de Investigação (UNINVE), conta ainda com Inspetores (IG), Agentes (Ag), Rodantes (Rd) e Guardas Portuários.

Os componentes da Guarda Portuária possuem a sua disposição os seguintes equipamentos: colete balístico, tonfia, spray de pimenta, algemas, lanterna, pistola pt 380 Taurus que é pega no plantão com dois carregadores contendo 15 munições cada. Os integrantes dessa corporação estão divididos em cinco turmas e executam suas funções 24 horas por dia sob escala de revezamento, conforme normas de segurança e em alinhamento aos demais órgãos e setores que trabalham nas atividades portuárias.

Além dos agentes de segurança presente nos portões, existem duas unidades móveis de patrulhamento com motocicletas, e equipes de ronda com pick up, que estão em constante movimentação, verificando o interior do Porto Público e até mesmo dentro das operadoras, rotineiramente ou quando solicitado.

CONTROLE NA ENTRADA E NA SAÍDA DE PESSOAS E VEÍCULOS

No Porto de Itaguaí só existem áreas classificadas como de acesso controlado (apenas para os profissionais previamente autorizados e que realizem atividades nessas áreas) e restrito, sinalizadas com placas de ACESSO RESTRITO, não havendo áreas de acesso público. Para ingressar nesses recintos qualquer pessoa deverá ser devidamente identificada. Para isso deverá ser apresentada a “permissão”, credenciada e confeccionada na UNINVE. Esta poderá ser solicitada também a qualquer momento, pelo agente do Porto em qualquer dependência portuária, que por fundamentada suspeita, em uso de suas atribuições, perceba ou desconfie do indivíduo e/ou o veículo, com atitude estranha ou duvidosa, agindo em desconformidade com o que foi informado no momento de sua solicitação.

A entrada de veículos cadastrados é efetuada checando se o documento que habilita o ingresso está na validade, uma prévia análise do estado geral do veículo e caso possua carga, verificação do acondicionamento adequado desta, sendo inspecionados de forma sistemática ou aleatória com registro em relação específica a ser entregue no final do dia ao plantão.

NÚMERO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA SEGURANÇA DO COMPLEXO PORTUÁRIO

Atualmente o Porto de Itaguaí conta com 85 guardas portuários distribuídos em seus postos nas cinco turmas da escala de serviço, sendo deste total 14 (quatorze) fizeram o curso de Supervisor de Segurança Portuário dado pela CONPORTOS/CESPORTOS.

Porto de Niterói e Angra dos Reis

UNIDADES DE SEGURANÇA

Os Portos de Niterói e Angra dos Reis dispõem de Circuito Fechado de Televisão, montado e operado pelos Arrendatários dos Terminais. A Unidade é chefiada pela Superintendência da Guarda Portuária e subordinada a Superintendência do Porto do Rio de Janeiro e Itaguaí, respectivamente. Os Portos tem Unidade de Segurança Patrimonial Particular, auxiliada pelo

Supervisor de Segurança Portuária da Arrendatária. Contam com 12 e 14, respectivamente, agentes de segurança da Guarda Portuária entre Inspetores (IG) e Rondantes (Rd), chefiados pelos Encarregados dos Postos de Segurança.

Os componentes da Guarda Portuária possuem a sua disposição os seguintes equipamentos: colete balístico, tonfa, spray de pimenta, algemas, lanterna, pistola PT 380 Taurus guardadas em cofre e pagas com dois carregadores contendo 15 munições cada. Os integrantes dessa corporação estão divididos em cinco turmas e executam suas funções 24h por dia sob escala de revezamento, conforme normas de segurança e em alinhamento aos demais órgãos e setores que trabalham nas atividades portuárias.

O controle de entrada e saída é feito pelos agentes de segurança patrimoniais contratados pelos Arrendatários dos Terminais.

4. DESENVOLVIMENTO HUMANO

A Avaliação de Desempenho é uma das ferramentas da Administração Pública na busca de adotar medidas para aperfeiçoar a eficiência e melhorar a efetividade do serviço público. Ela serve, ainda como base, para extrair as necessidades de treinamento, alocação de mão de obra e estratégia de contratação de pessoal. Um ambiente organizacional voltado para o crescimento profissional necessita da participação harmônica de pessoas capacitadas, competentes, comprometidas e empenhadas, exercendo a sua profissão com excelência, o que impacta, diretamente, na produtividade da equipe de trabalho e resultados organizacionais.

Por isso, a CDRJ vem buscando estratégias para valorizar o potencial de cada um de seus empregados, aprimorar seu desempenho, através do Programa de Capacitação de Pessoal, levando-os a adquirir novas competências e a atualização necessária para alcançar a máxima eficiência na execução dos processos de trabalho, através de treinamentos, desenvolvimento e incentivo à educação continuada, que resultam em expressivo ganho na satisfação, na realização pessoal e profissional.

No decorrer de 2017, iniciou-se o planejamento para implementação do programa de desligamento assistido, de modo que a CDRJ, reconhecendo a importância do trabalho de cada empregado que possui plenas condições para desligar-se no quadro de pessoal, possa ser acompanhado no processo de transição por equipe multidisciplinar, com finalidade de propiciar as melhores práticas sobre o assunto. Em decorrência da aplicação do Processo de Avaliação de Desempenho Individual, 763 (setecentos e sessenta e três) empregados foram avaliados pelos seus respectivos gestores de avaliação. Ocorreram 52 (cinquenta e duas) demissões, sendo 34 (trinta e

quatro) voluntárias, de empregados do quadro efetivo da Companhia e 18 (dezoito) de ocupantes de cargos de livre provimento.

A CDRJ implantou a Comissão de Qualidade de Vida no Trabalho, que promoveu ações para o desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados com implantação de programas específicos, envolvendo o grau de satisfação dos empregados com o ambiente de trabalho, a promoção da saúde e da segurança do empregado/cidadão, a integração social e o desenvolvimento das capacidades humanas.

Em contínua preocupação com o bem-estar de seus empregados e familiares, a Companhia concede uma série de benefícios que passamos a elencar:

- Auxílio Transporte concedido a 250 (duzentos e cinquenta) empregados e 109 (cento e nove) estagiários;
- Plano de Assistência Médica para 2.306 (duas mil, trezentas e seis) vidas, sendo 869 (oitocentos e sessenta e nove) titulares e 1.437 (mil, quatrocentos e trinta e sete) dependentes;
- Plano Odontológico com 92 (noventa e dois) empregados inscritos;
- Seguro de vida em grupo – optativo, que assegurou 584 (quinhentos e oitenta e quatro) empregados;
- Auxílio alimentação/refeição concedido a 825 (oitocentos e vinte e cinco) empregados;
- Inclusão de Pessoas Com Deficiência com 13 (treze) empregados beneficiados;
- Auxílio Creche/Babá concedido a 79 (setenta e nove) empregados;
- Incentivo à educação - ensino fundamental com 162 (cento e sessenta e dois) concessões, nível médio, 52 (cinquenta e dois) concessões, e nível superior ou pós-graduação, 95 (noventa e cinco) concessões, e
- Auxílio funeral a 8 (oito) dependentes.

Destaca-se também o Programa de Estágio Didático-Profissional com 55 (cinquenta e cinco) estagiários de nível superior e 59 (cinquenta e nove) estagiários de nível médio ou técnico, e o Programa Jovem Aprendiz com 35 (trinta e cinco) aprendizes, realizado nas dependências da CDRJ, com o objetivo de inspirar, desenvolver e formar futuros cidadãos e profissionais, por meio de experiências práticas e conteúdo especialmente preparado para os programas.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A CDRJ, sob o comando de sua Diretoria Executiva, em estrita consonância com os planos e programas do Governo Federal, deu continuidade ao processo de modernização interna, efetuando a revisão dos procedimentos administrativos e gerenciais buscando melhorias na eficiência da gestão e a efetividade dos seus resultados.

A Companhia aderiu ao programa de parcelamento de dívidas tributárias (PERT) intuindo regularizar sua situação fiscal. Essa é uma condição necessária, mas não suficiente, para que o realfandegamento da área pública do Porto do Rio de Janeiro possa ser reconquistado junto à Receita Federal. O segundo passo necessário também está sendo operacionalizado, dizendo respeito, dentre outros quesitos, à questão de controle das áreas alfandegadas com câmeras de segurança, nos moldes do que preconiza a legislação aduaneira. A atual gestão também está licitando estudos de análise de demanda para futuros arrendamentos no Porto de Itaguaí e na Ilha da Pombeba. Igualmente, está trabalhando na melhoria nos processos, na melhoria da infraestrutura de comunicação, na implantação de sistemas para os controles dos acessos aquaviário e terrestre em nossos Portos, no gerenciamento eletrônico de documentos e na supressão de sistemas desconectos, objetivando uma única plataforma integrada.

Todas as medidas adotadas foram estabelecidas para se adequar ao principal objetivo que é eliminar as barreiras ao fluxo de comércio brasileiro, incentivando a redução de custos e o aumento da eficiência na movimentação de cargas.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A Ouvidoria Geral - OUVGER é a Superintendência responsável pelo atendimento, acompanhamento e resposta às manifestações dos clientes internos e externos (empregados, estagiários, terceirizados, fornecedores, arrendatários, usuários ou não), registradas sob a forma de reclamações, denúncias, sugestões, solicitação de informações ou elogios. Está localizada no 3º andar do Edifício Sede da CDRJ e é diretamente subordinada ao órgão máximo da Companhia, o Conselho de Administração, desde a sua criação, por entendimento e orientação da CGU/PR, hoje Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, contando atualmente com uma Ouvidora, uma Especialista Portuária e um Técnico de Serviços Portuários, para realizar todas as suas atividades regimentais. A Ouvidoria também é responsável pela coordenação e acompanhamento do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, unidade física de atendimento criada pela Lei de Acesso à Informação

em 2012 e do e-SIC, que é o sistema eletrônico único por meio do qual os pedidos de informação são feitos.

O acesso dos clientes internos e externos à OUVGER pode ser realizado pelos seguintes canais:

- ☐ [Formulário on-line para manifestação](#) (Sistema Informatizado de Gestão);
- ☐ [Consulta de andamento da manifestação](#) (Sistema Informatizado de Gestão);
- ☐ Tel.: (21) 2219-8546;
- ☐ Carta ou pessoalmente no endereço: Rua Acre, 21, 3º andar, Centro. CEP: 20081000 - Rio de Janeiro - RJ.

Outros caminhos de acesso às informações úteis da CDRJ podem ser utilizados, tais como:

ouvidoria@portosrio.gov.br sic@portosrio.gov.br faleconosco@portosrio.gov.br

A OUVGER registrou e deu tratamento a **154 manifestações** entre críticas, denúncias, elogios, reclamações, sugestões, além de pedidos de informação, tendo havido um acréscimo de 27,2% em relação ao ano de 2016, que apresentou um total de 121 manifestações. Pelo Canal “Fale Conosco”, sob sua responsabilidade, a OUVGER recebeu outros **73 pedidos de informação** em geral, quase igualando-se ao quantitativo de 2015, que foi de 74 pedidos.

Quadro Resumo:

MANIFESTAÇÕES	2016	2017	≠ Percentual 2016/2017
Informação	12	20	+ 66,6%
Denúncia	42	66	+ 57,1%
Elogio	13	18	+38,4%
Reclamação	52	45	-13%
Sugestão	1	5	+500%
Total	121	154	+27,2%

Fale Conosco	73	56	-23%
Total de Atendimentos	194	210	+8,2%

MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA CDRJ

De acordo com o que estabelece o Inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição, o acesso à informação é um direito fundamental do cidadão. A Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação - (LAI) “estabelece conceitos, procedimentos e prazos aplicáveis à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, viabilizando o exercício desse direito de forma rápida e descomplicada” (**Manual de Ouvidoria Pública**). No Poder Executivo Federal, a LAI foi regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16/5/2012. A Ouvidora Geral monitora a implementação da LAI no âmbito da CDRJ, sendo a Autoridade de Monitoramento prevista no Art. 40 da citada Lei, conforme a Portaria DIRPRE nº 57/2015 de 23/3/2015. A LAI determinou que todos os órgãos e entidades públicas devem oferecer o serviço de acesso à informação e cada órgão criou o seu **Serviço de Informação ao Cidadão - SIC (Transparência Passiva)**. Atualmente, a Ouvidora acumula a “função” de Gestora desse serviço na Companhia. Além disso, “a lei e seu regulamento indicam as informações mínimas que os órgãos devem divulgar em seus sítios na internet, independentemente de requerimento”, o que se chama de **Transparência Ativa (art. 7º e 8º da LAI, além de outras leis)**.

A Ouvidoria da CDRJ também constitui o canal de interligação para os assuntos da LAI e do SIC perante o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Casa Civil da Presidência da República.

O SIC da CDRJ recebeu **104 pedidos** de acesso à informação no ano de 2017, registrados e respondidos pelo Sistema e-SIC da CGU, representando uma média mensal de 8,67 pedidos. Houve um acréscimo de 10,6% em relação a 2016 (94 pedidos).

□ Pedidos por tipo de resposta:

- Acesso concedido - 65
- Acesso negado (vide resumo) - 8
- Acesso parcialmente concedido - 7
- Informação inexistente - 9

- Não se trata de solicitação de informação - 9
- Matéria da competência legal de outro órgão - 6
- Pedido duplicado/repetido - 0

PEDIDOS COM ACESSO NEGADO

MOTIVO	QUANTITATIVO	%
Pedido incompreensível	2	1,92
Dados pessoais	1	0,96
Pedido genérico	5	4,81
TOTAL	8	7,69%

- Características mais relevantes dos 104 pedidos de acesso à informação:
 - Total de perguntas = 222
 - Média de perguntas por pedido = 2,13
 - Maior nº de pedidos feitos por um solicitante = 5
 - Temas mais procurados = “Transporte Aquaviário” e “Informação - Gestão, preservação e acesso”
- **Tempo Médio de resposta aos pedidos = 10,77 dias** □

Prorrogações de Prazo Solicitadas = 9 (8,65% dos pedidos) □ Perfil dos Solicitantes:

 - Pessoa Física = 66 (88%)
 - Pessoa Jurídica = 9 (12%)
 - Estado Predominante = RJ - 44 (45,44%)
 - Gênero Predominante = Masculino (68,18%)